
Cremildo Behule (Professor, ensaísta e editor. Doutorando em Comunicação e Ativismo pela Universidade Lusófona/Centro Universitário do Porto/a22401421. Pós-graduação em Linguística (Universidade Eduardo Mondlane). Licenciado em Ciências Religiosas (Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma). Bacharel em Ciências de Educação (Universidade Católica de Moçambique). Os seus interesses de investigação giram em torno da literatura & música moçambicana - cremildo.bahule@gmail.com)

COOPERATIVISMO JORNALÍSTICO: O PRIMEIRO DEGRAU PARA A LIBERDADE DE IMPRENSA

RESUMO: Este artigo tem por objectivo situar o debate sobre o quão foi indispensável o cooperativismo no panorama do jornalismo moçambicano. Partindo de um contexto onde a imprensa era unissonante, ao serviço da ideologia estatal, o artigo demonstra que enveredar pela criação de uma cooperativa de comunicação foi pertinente para posicionar a discussão sobre o jornalismo independente em Moçambique. Este caminho caracteriza-se por um jornalismo afastado das hegemonias (Fígaro & Nonato, 2017) e dos idealismos político-partidários como foi o cenário jornalístico moçambicano, na primeira república. O *MediaCoop*, uma das primeiras cooperativas jornalísticas, foi relevante para a flexibilização e construção de possibilidades quiméricas e reais dentro do campo democrático pois fortaleceu a liberdade de imprensa em Moçambique. Como resultado, aponta-se que o cooperativismo é um modelo de negócio possível na área do jornalismo que permite manter verticalidade no ofício (e.g., Carlos Cardoso), manter postos de trabalho da categoria. Possibilita, por meio de uma linha editorial de proximidade (Jerónimo, 2012), participa de forma democrata (e.g., *MediaFax*, *Metical* e *Savana*) faz denúncia, fiscaliza, defende expondo os anseios e os direitos da sociedade.

Palavras-chave: Cooperativa jornalística; liberdade de imprensa; *MediaCoop*; Carlos Cardoso.

ABSTRACT:

This article aims to situate the debate on how indispensable cooperativism was in the Mozambican journalism landscape. Starting from a context where the press was unanimous, serving state ideology, the article demonstrates that embarking on the creation of a communications cooperative was pertinent to positioning the discussion on independent journalism in Mozambique. This path is characterized by journalism far removed from hegemonies (Figaro & Nonato, 2017) and partisan political idealism, as was the Mozambican journalistic landscape during the first republic. *MediaCoop*, one of the first journalistic cooperatives, was instrumental in fostering flexibility and building

both imaginary and real possibilities within the democratic sphere, as it strengthened press freedom in Mozambique. As a result, it is pointed out that cooperativism is a viable business model in journalism that allows maintaining verticality in the profession (e.g., Carlos Cardoso) and maintaining jobs in the category. It allows, through a proximity editorial line (Jerónimo, 2012), to participate democratically (e.g., *MediaFax*, *Metical*, and *Savana*), to report, monitor, and defend, exposing the desires and rights of society.

Keywords: Journalistic cooperative; freedom of the press; MediaCoop; Carlos Cardoso

INTRODUÇÃO

O *MediaCoop* alterou a maneira de praticar o jornalismo, de consumir a notícia e a própria lógica de mercado de comunicação em Moçambique. Com veículos de comunicação integrados no *MediaCoop*, concretamente o *MediaFax*, *Metical* (distribuídos via fax) e *Savana* (semanário no modelo impresso), se pode perceber o cenário de demanda que confronta o jornalista e, este enquanto profissional, a procura de flexibilidade e abertura às possibilidades que possam surgir para o exercício do sacerdócio da comunicação. A agilidade que caracterizou a formação do *MediaCoop* foi graças ao sentido cooperativista que alguns jornalistas tinham de confrontar o modelo de único, ideológico e de controlo que foi promovido após a independência (1975)

Podemos considerar a cooperativa de informação, a partir do sentido dado por Dardot e Laval (2017), como uma via jornalística que envolve a co-actividade. Um fundamento de emancipação, resistência e criação de novas possibilidades libertadoras. Embora o contexto político olhasse (e continua a olhar) para o *MediaCoop* como uma entidade de jornalistas com um projeto prefigurativo radical, a verdade é que foi a partir deste modelo cooperativista que a liberdade de imprensa, com Carlos Cardoso como um dos mentores (Fauvet & Fauvet, 2004) se corporizou e continua nesse trilho.

Considerando a reformulação que jornalismo independente, no processo de construção da democracia moçambicana e sustentação das liberdades individuais, podemos perceber que a pauta editorial do *Metical*, como se demonstra na terceira parte do ensaio, estava organicamente ligada à sociedade e defendia os interesses da sociedade e não de uma classe política ou interesses do estado. A imprensa deve, sim, «informar, educar, mobilizar e organizar» a população (Machel, 1977). Todavia, usando uma reflexão cardosiana, «não podemos algemar as palavras» do ofício jornalístico.

As questões relacionadas com a transparência governamental, defesa das liberdades, enaltecimento de actos benéficos para a sociedade, que são matéria dos media, devem advir da liberdade jornalística e uma opção editorial que não esteja ao serviço da hegemonia política. Sem trevas sociais o cooperativismo, nas suas várias facetas, é o trilho de virtudes para alicerçar a liberdade de imprensa em Moçambique.

UMA IMPRENSA AO SERVIÇO DO PARTIDO-ESTADO

A exaltação da independência (25 de Junho de 1975) e a viabilidade de uma soberania foi uma ocorrência histórica pertinente para Moçambique, porém com muitos reptos. O projecto político da primeira república, que vai de 1975 até 1990, com a adopção do socialismo e de um autoritarismo explícito utilizou a imprensa para difundir os seus ideais. A deliberação e como uma das primeiras medidas da FRELIMO (Frente de Liberação de Moçambique), cabeça do governo num regime monopartidário, de passar a controlar a imprensa para, por via dela, difundir ideologias político-partidárias

encontrou pujança com a criação do Ministério da Informação, inicialmente, atribuída à Jorge Rebelo. Foi a partir da reunião, realizada de 26 a 30 de Novembro de 1975, em Macomia, província de Cabo Delgado, que se discutiu e definiram-se as linhas gerais pelas quais a imprensa moçambicana devia se guiar nas suas actividades diárias. Do encontro de Macomia definiram-se quatro pilares para imprensa: «informar, educar, mobilizar e organizar» a população (Machel, 1977). Esta decisão de controlo foi alicerçada pela adesão da Frelimo à ideologia socialista ou de esquerda, na sua vertente marxista-leninista, que vincava o pensamento de combate contra o capitalismo, contra o imperialismo na expectativa de construir o homem novo. Na prática «este controlo, não só objectivava defender interesses da República recém-constituída, também visava facilitar a propagação de ideais do regime e, por essa via, consolidar a unidade nacional», segundo expõe Chichava (2010, p. 127) e os jornalistas que não alinhassem com essa ideologia eram sancionados ou afastados de alguns eventos partidários.

Para contornar o espólio da imprensa colonial (*Notícias de Lourenço Marques, Notícias da Beira, Tempo, Diário de Moçambique, Voz Africana*, só para citar alguns exemplos) e se desapegar de uma imprensa administrada por grandes capitalistas hostis à Frelimo e adjacentes ao poder colonial revitalizou alguns órgãos. Com base neste posicionamento, de partido-Estado, foram encerrados alguns órgãos e outros nacionalizados. É neste âmbito que é criada a Rádio Moçambique (doravante única estação de rádio no país e com cobertura nacional), após o encerramento das rádios da era colonial, nomeadamente a Rádio Clube de Moçambique, a Rádio Pax e o emissor Aeroclube da Beira. Ainda, no mesmo argumento de controlo da informação, a revista *Tempo* é revigorada na mesma proporção que o diário *Notícias*, o semanário *Domingo*, o surgimento do semanário desportivo *Desafio* e o *Notícias da Beira*. A censura prévia aplicava-se a qualquer tipo de publicação ou a postura crítica de um profissional da imprensa. A auto-censura era, também, um dos modos que caracterizava os profissionais desta área. E, sem nos escondermos nos *xikwembos* (feitiços/sortilégios) das espiritualidades que povoam o país do Índico, devemos ser contundentes em reconhecer que as liberdades fundamentais, como a liberdade política, de imprensa e de expressão única que concretizaram a imprensa estavam capturadas pelo partido-estado pois o controlo da informação era constitucional.

A relação indelével entre a imprensa e o poder político era tão possante que não abria espaço para a liberdade de expressão e de imprensa pois essas qualidades eram vistas como meras ilusões burguesas, ameaças ao ideal socialista e revolucionário. Os media atendiam assuntos do governo monopartidário onde os discursos lisonjeiros para com os políticos eram frequentes «sem se importar muito com o valor que possam ter, com o mero objectivo de acrescentar mais alguns pontos à autoridade dos seus dirigentes» (Michels, 2001, p. 166). Os jornais com uma pauta editorial de adulação perfeita às actividades políticas da FRELIMO e o seu heroísmo eram lhes atribuídas compensações ao nível das nomeações para cargo políticos. O serventelismo jornalístico catapultou alguns profissionais da área à ascensão de cargos hierarquicamente mais importantes. A partir deste facto o governo não precisa de fazer um controlo mais cerado aos media estatais, pois a supervisão dos altos

cargos assegurava uma permanente garantia de que nada contra o governo seria divulgado. No alinhamento do bloco informativo segue-se o modelo protocolar, comum a regimes autoritários, em primeiro lugar, o presidente da república, o governo, o partido dominante e o Parlamento. Só depois é que são passadas as outras notícias (de cariz social, cultural e desportivas), inclusive a de outros partidos.

Quando a imprensa é instrumentalizada, com baixa profissionalização, «aos jornalistas faltará autonomia, os critérios políticos, mais do que os critérios claramente jornalísticos, guiarão o exercício do jornalismo e os media servirão interesses particulares em vez de funcionarem como um consórcio público», como sustentam Hallin e Mancini (2010, p. 51). Sendo a instrumentalização o controlo dos media por agentes externos, neste caso o partido-Estado, procurar-se-á impingir aos jornalistas e a pauta editorial controlada uma influência política que não abra espaço para outros assuntos relevantes. Exemplificar esta realidade não é difícil. Várias vezes, e continua sendo prática até a actualidade, a Rádio Moçambique e Televisão de Moçambique já interromperam coberturas noticiosas de dimensão nacional para transmitir as reuniões partidárias da FRELIMO. Machado da Graça, um dos jornalistas que se opunha a essa forma de fazer jornalismo, chegou a apelida a emissora radiofónica nacional de «rádio Frelimo» (Graça, 2009) para qualificar a promiscuidade entre a política e a imprensa.

Com o trajecto de construção política e o primórdio da segunda república, que iniciou com a nova Constituição de 1990 e que permanece até hoje, com uma disposição jurídica expressamente democrática, mas, na prática, ainda é impositiva, abriu-se uma pequena extensão para o país transitar para uma democracia multipartidária. Com a publicação da constituição pluralista e liberal de 1990 (art. 74) a imprensa ganhou algum fôlego. Foi aprovada, dentre várias assuntos, uma lei de imprensa (Lei n.º 18/91), uma série de liberdades e garantias individuais que eram uma utopia e que foram prorrogadas aos moçambicanos. Dentre essas liberdades, a oportunidade de os moçambicanos se exprimirem livremente e de criarem uma imprensa independente. Uma imprensa que não se sujeitava às interpretações do partido no poder. Com este estreito democrático as questões relacionadas com a transparência nos media torna-se cada vez mais presente num ecossistema povoado por múltiplas formas de transmissão de informação para os cidadãos. Assente nesse tecido de cortesia política ecoa a primeira questão que norteia este ensaio: como se concretizou a liberdade de imprensa moçambicana e quais foram os principais actores?

COOPERATIVISMO JORNALÍSTICO: PRIMEIRO DEGRAU DA SOLUÇÃO

A abertura constitucional para uma consistência democrática, embora com resquícios socialistas e de despotismo político como se compreende até aos dias actuais, possibilitou que a imprensa adoptasse outros trilhos. Foi, mais uma vez sem nos escondermos em *xikwembos* das espiritualidades que povoam o país do Índico, uma abertura aparente. Uma alucinação. Efectivamente, as liberdades fundamentais, como a liberdade política, de imprensa e de expressão nunca se materializaram em pleno na transição político e constitucional da primeira para a segunda república.

Apesar de o país possuir um estabelecimento jurídico democrático, assim como várias leis, por exemplo a Lei n.º 18/91, que regulamentam a profissão do jornalismo o que tem acontecido, regularmente, é que o poder político ainda dita o agendamento dos assuntos a serem abordados pela comunicação social, principalmente, pública. Ou seja, a imprensa pública é a mais usada pela política militante do partido no poder. A pertinência da constituição de 1990 deu uma viragem a comunicação social moçambicana. Parecia a troca de um disco vinil da música de Ghorwane ou Eyuphuru do lado-A para o lado-B. Uma permuta onde, ao iniciar o lado-B, percebemos alguns chiars da agulha que empreende um acerto do som. Foi a partir dessa quimera sonora democrática que a imprensa moçambicana começou a patentear um novo frontispício com surgimento, ainda que incipiente, de um jornalismo independente e livre das idolatrias políticas. O delineamento da imprensa livre teve dois panoramas.

O primeiro cenário foi o abandono ou pedido de demissão de alguns jornalistas, catalogados de «esquerdistas», da revista *Tempo* e da AIM (Agência de Informação de Moçambique). Estes «esquerdistas» como Mia Couto, Leite de Vasconcelos, Machado da Graça, Maria de Lurdes Torcato, Ricardo Rangel, Fernando Lima, só para citar alguns exemplos, tinham o domínio de relações internacionais e eram motivados pelo posicionamento de oposição ao uso

do jornalismo como mero reprodutor de discursos, execuções e indicações vindas do partido único (*Tempo*, 1977, p. 51). Esta atitude de saída de um órgão de informação já havia sido tomada por Carlos Cardoso, que por sentir «algemado» por um cargo unicamente administrativo decidiu demitir-se, em Janeiro de 1989, da direcção da Agência de Informação de Moçambique (AIM), sem no entanto abandonar o órgão passando, guiando-se do seu espírito livre, a dedicar ao jornalismo autónomo, como *freelancer*, vendendo seus serviços para agências estrangeiras, com mais sentido de liberdade editorial (Fauvet & Mosse, 2002).

O segundo panorama, obviamente advindo do primeiro, foi o surgimento de cooperativas de comunicação. Estes órgãos surgiam como cooperativas independentes do poder governamental com ânsia de construir um jornalismo onde a liberdade de expressão era uma realidade. Como elemento complementar, as cooperativas jornalísticas seriam modelos de negócio como forma de reconfigurar o mercado jornalístico moçambicano e o perfil do profissional da área. Imbuídos pelo «novo espírito do capitalismo» (Boltanski & Chiapello, 2009) os jornalistas moçambicanos começaram a perspectivar a comunicação como um negócio. É nesse espírito que nascem duas cooperativas de informação: MediaCoop, em 1992, e a CoopArt, em 1994. As duas cooperativas são a vanguarda da aceitação dessa nova realidade onde a liberdade de imprensa e de opinião passou a ser constitucional.

A cooperativa MediaCoop, nosso objecto de estudo, sob direcção de Carlos Cardoso (que assumiu as funções de editor), Salomão Moyana, Fernando Lima, entre outros, iniciou as suas publicações do primeiro jornal privado, com o diário *MediaFax* e *Metical*, distribuído via fax logo depois da aprovação da lei de imprensa de 1991. Só depois, em 1994, consegue lançar o primeiro semanário impresso, o *Savana*, que é até

hoje uma referência incontornável do jornalismo moçambicano (Feijó, 2009). Esta nova vertente do jornalismo afrontava os políticos e estes, por sua vez, procuravam minimizar o risco de verem esses novos jornais a bisbilhotarem os negócios da elite política e partidária. O estado por temer o rosto do novo jornalismo adoptou várias estratégias para que essa nova imprensa não criasse demasiados problemas como impedir que as gráficas, por eram dominadas pela elite política, imprimissem os jornais dessas cooperativas, intimidação de jornalistas profissionais ou suborno de algumas redacções para escreverem de forma abonatória todos as ações governamentais para se opor e desmentir a linha editorial do *Savana*.

Estas duas cooperativas criadas por profissionais da comunicação deram vida a projectos que mostraram a força de uma classe unida. Distanciaram-se das corporações de mídia hegemónicas (Fígaro & Nonato, 2017) e serviram de meios alternativos num cenário controlado pela política e que tinha um vulto consistente e protegido com os media estatais: *Notícias*, diário, e *Domingo*, semanário, ambos com uma participação de fundos estatais. Sendo o jornalismo essencial para a democratização do país, encontrar no cooperativismo uma solução para a crise indicava, mesmo que sem muitas garantias e seguranças, uma concepção de sobrevivência da imprensa moçambicana e uma luz para os profissionais da área que precisavam de um cenário diferente e de novas possibilidades de praticar da sua profissão. O cooperativismo, baseado num sistema de economia solidária, era adequado para as necessidades do momento, porque para além de se opor a produção capitalista, embora não fosse o caso concreto de Moçambique porque a realidade capitalista era prematura, tem essa vertente da economia interdependente que «caracteriza-se por unir trabalhadores em empreendimentos cooperativos, nos quais a propriedade dos meios de produção deve pertencer a todos os sócios trabalhadores» (Pitaguari, Santos & Câmara, 2012, p. 55). A forma de trabalho jornalística auto-gestionada e colectiva, não se relacionando e subordinando, portanto, a quaisquer entidades políticas serviu como um modelo de organização para servir ao desenvolvimento económico nacional, mostrando-se como um instrumento pouco conhecido e que muito pode servir às demais práticas empreendedoras (Ribeiro & Alves, 2010). Pensar em um jornalismo praticado por meio de cooperativas, em que o modelo de negócio é fácil de ser reproduzido e em que não há uma busca exagerada pela audiência (que, geralmente, mantém os veículos tradicionais de comunicação), sugere um jornalismo feito com mais qualidade, ao mesmo tempo em que se apresenta como um modelo mais útil à sociedade.

O *MediaFax* e o *Savana* para além de encontrar no cooperativismo um modelo de negócio que permitiu dar continuidade ao exercício da profissão abriu e forjou, também, o início do jornalismo de investigação em Moçambique. O jornalismo de investigação está muitas vezes associado à denúncia das más práticas originadas nos diversos organismos da administração pública, concretizadas por servidores públicos em geral, sobretudo políticos no activo ou outros que tenham assumido cargos públicos de relevo. O espectro temático mais evidente inclui, igualmente, a denúncia de más práticas de empresas privadas e respectivos gestores, desde logo os que mantêm

vínculos profissionais mais apertados com o Estado, mas também nas fundações e os seus gestores, bem como outras da sociedade civil, em especial as que recebem apoios públicos. Por isso, se pensarmos apoiado em (Basson *et al.*, 2011), com o *MediaFax* e *Savana* inicia um «processo original e proactivo que vai ao fundo de uma questão ou tópico de interesse público». Estes profissionais deram início a um tipo de jornalismo que concebe-se da busca de fontes, tê-las a sua disposição para propor e desvendar questões silenciadas e ocultas aos olhos do público. O *MediaFax*, o *Metical* e o *Savana* uniam novas informações, procuravam o contraditório e se encarregavam de elucidar sobre os mais variados assuntos. Assim, foi nos primórdios. E continuam nessa linha. Por isso, o *Savana* é um semanário importante no cenário do jornalismo moçambicano.

INFORMAR PARA DESENVOLVER, DENUNCIAR E RESGUARDAR

Como nomeado nos pontos anteriores a nova vaga do jornalismo, advindo da segunda constituição, procurou analisar as transições políticas que estavam a acontecer em Moçambique. Procurou perceber como o sistema democrático estava a ser hasteado, perante resquícios fortes do monopartidarismo. Procurou observar como «estávamos» a construir a democracia moçambicana. E, sobretudo, como eram argumentados e acautelados as liberdades que alicerçam um Moçambique democrático. O *MediaFax*, o *Metical* e o *Savana*, onde Carlos Cardoso foi editor, serviam de censores das actividades governamentais. É com esta noção inspectora dos actos político-sociais que, nesta terceira e última parte do ensaio, justifica-se a partilha de três exemplos temáticas, que foram publicados no *Metical* e que tiveram a rubrica de Cardoso.

Num editorial do *Metical*, edição de 10 de Julho de 1997, Carlos Cardoso escreveu sobre como o Estado não conseguia dar solução para a lei de terra. Dentre várias inquietações é que o cidadão e os agricultores, em particular, requeriam terras para variados usos e o estado não conseguia dar aval e garantias para a utilização da terra. Numa abordagem directa, sua característica principal, pode-se ler:

A lei actual e a revisão proposta pelo governo impedem a privatização da terra, mas o Estado, que devia ser o garante dessa regra, é o primeiro a vendê-la (vide as vendas de terrenos, por vezes a diferentes pessoas do mesmo terreno). Resultado: A corrupção empurra-nos para um quadro. (...). Em 22 anos de independência, o Estado não conseguiu passar nem 1000 títulos. Nem o Jardim Zoológico de Maputo, com o ministro Tomaz Salomão na presidência da mesa, conseguiu arrancar a Cosme esse documento. (Carlos Cardoso, in *Metical*, editorial 10 de Junho de 1997).

Esta pequena parcela é demonstrativa o quão Cardoso encontrava-se desassossegado com o método que era dado ao processo de atribuição de terras em Moçambique. Este formato de compor jornalismo enquadra-se no raciocínio de comunicação para o desenvolvimento porque esta patente, num contexto de imprensa, uma antecipação política desenvolvimentista à ideia de crescimento económico que Moçambique estava a engendrar no contexto da democracia. No editorial de Cardoso é possível notar uma prescrição que pretende auxiliar a saída de uma sociedade subdesenvolvidas para um juízo mobilidade na resolução dos anseios do cidadão moçambicano. É a comunicação para publicar e incentivar inovações no trato da coisa pública.

Por isso, pode-se dizer que

a partir desta perspetiva, é possível dar forma a uma narrativa crítica capaz de dar conta de realidades processuais em que se cruzam participantes de várias etnias, religiões e culturas, sem esquecer as condições de desigualdade com que estes interagem, as fronteiras que entre eles se interpõem e, finalmente, a enorme distância que separa as suas inter-relações reais de uma eventual convergência de interesses (Macedo, 2021).

Macedo (2021) embora tenha como abordagem o turismo é convincente cita-la porque ao abordar sobre o turismo, por consequência, nos remete aos aspectos da terra e de como este assunto deve ser apreciado para o bem de todos, tanto para quem a requer, como para quem decide legalmente atribuir em nome da transparência.

A segunda temática, depois de vermos os contornos da legalização da terra, que podemos expor é a repulsa que Cardoso tinha com a candidatura presidencial de Armando Guebuza. Cardoso teve um posicionado contra a escolha de Guebuza, por aquilo que representava no período após a independência. Todavia, ele tornou-se presidente (2005-2015), sucedendo (1986- 2005) Joaquim Chissano na presidência da Frelimo e, consequentemente, apresentar-se como candidato presidencial (Cardoso, 15 de Julho de 1997). Este artigo, assinado no *Metical*, no dia 15 de Julho de 1997, com o título, *Guebuza Não*, reflectia a sensibilidade de milhares de moçambicanos que perspectivavam uma governação mais dura e autoritário. E, realmente, foi o que se viu e viveu durante uma década de mandato guebuziano. Eis aqui, mais uma amostra, do traço unificador do jornalismo como súplica do cidadão. Aqui a comunicação, partindo deste exemplo, funciona como um bloco legitimador de escolhas políticas sensatas e de aceitação porque é «o povo moçambicano» que deve escolher o seu legítimo representante. Daí a pertinência de respeitar a intenção e a escolha do «voz do povo».

Se os dois primeiros exemplos estão na perspectiva da comunicação para o desenvolvimento o terceiro, e último exemplo do nosso ensaio, está ajustado na concordância entre o jornalismo e a defesa dos direitos humanos. Num contexto em que se debatia a implementação do IVA (Imposto Sobre Valor Acrescentado), Carlos Cardoso posicionou-se exigindo a transparência sobre as contas do Estado e o receio que a implementação. Um sentido de ponderação: Carlos Cardoso «não era do contra», como era reputado, tanto que não se opunha aos modelos da cobrança. Ele estava ciente que o imposto era

importante e necessário para o funcionamento da economia moçambicana. Opunha-se ao saque institucional e a gerência desse imposto e sua conversão para a construção de património público e fortalecimento de bens e serviços para o cidadão que paga o referido imposto. Indignado disse:

Um povo que não sabe ler e escrever não pode ser obrigado a ter contabilidade. Para quê toda esta postura fiscal para um povo pobre, para um país em desenvolvimento e para um povo que tem uma taxa de analfabetismo de 70% e uma taxa de desaprendizagem na percentagem alfabetizada da população, uma tendência de desaprendizagem e não uma tendência de aprendizagem como se vê pelas taxas de falhanços na universidade. Portanto, com estas características, meter o IVA, um imposto tão complexo de gestão tão complexa, era contraproducente.

O jornalismo, pela sua essência, é um direito humano (Dias, 2013, p. 38). Todavia, quando ele assume um «carácter de proximidade» (Jerónimo, 2012) por preocupar-se com a região onde está inserido trabalha para mudar a condição desse contexto. Cardoso defende o direito do cidadão estar inserido numa postura fiscal justa. Uma atitude fiscal que deve pautar pela aprendizagem. Em última análise pode-se depreender, na óptica de impacto jornalístico (Shaw, 2012), que Cardoso defende uma educação perceptível sobre impostos. No todo, esta em defesa de uma educação, que é um direito constitucional, num tecido social onde a alfabetização, ainda, é vergonhosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas de jornalismo são um tipo específico de «arranjo alternativo às corporações de mídia» (Fígaro; Nonato, 2017). Elas configuram um sistema de oportunidades de enquadramentos mediáticos perante um cenário de dominação e censura do trabalho jornalístico ordenado por ideologias político-partidárias. Foi o que procuramos mostrar, neste ensaio, patenteando os contornos que ditaram o surgimento do *MediaCoop* e como alguns editoriais do *Metical* assinados por Carlos Cardoso foram importantes para abordar sobre o desenvolvimento do país, da democracia e da defesa da independência individual e colectiva.

MediaCoop tornou-se importante para a autonomia de imprensa moçambicana. Mais do que uma saída profissional para os jornalistas que sentiam «algemados» pelas linhas editoriais da imprensa estatal a *MediaCoop*, fonte de forjadora dos jornais *MediaFax*, *Metical* e *Savana*, serviu, e continua com essa agudeza, para a democratização da comunicação e da sociedade moçambicana. Os vanguardistas da nova áurea do jornalismo não se «esconderam nos *xikwembos* (feitiços/sortilégios) das espiritualidades que povoam o país do Índico». Com o punho no editorial defenderam a democracia e as liberdades que alicerçam Moçambique.

Abraçar uma cooperativa jornalística é traçar outro modelo para o jornalismo, priorizando questões sociais em detrimento do lucro. Creio que foi assim com o *Metical*, criado por Carlos Caridoso, onde foi editor-chefe. O panorama nos mostra que é assim com o semanário *Savana*. Um jornal distribuído por fax não se compara ao diário *Notícias* que funciona com fundos do Estado. Contudo, a ideia de economia solidária e criativa, de um jornalismo como um processo social de construção e sustentação de relações que alicerçam a democracia são elementos justos e, organicamente aceites, para perceber que cooperativa tem o formato ideal, pois corresponde ao sonho de qualquer jornalista que lute por um jornalismo independente. Um escalão com o olhar na liberdade. Evidentemente, a subida deste degrau teve consequências demolidoras não apenas para os jornalistas, mas para Moçambique que almeja ser uma democracia. Assistiu-se um bota-fora, escrupuloso, de jornalistas das redacções conservadoras. Perseguição como se noticiar a verdade fosse um sacrilégio. Mortes. Infelizmente, «o Carlos teve azar, / foi o primeiro da lista», como se ouve na música rap, *O País da Marrabenta*, da Gpro Fam.

Mesmo com todo tipo de prenúncios intimidatórios, a luta pelas liberdades permanece forte, com maior convicção e com outras roupagens ativistas. Todavia, se reconhece que foi a partir deste acto hediondo, assassinato de Carlos Cardoso (22 de Novembro de 2000), que o *país da Marrabenta* percebeu que a imprensa não pode servir para a manipulação dos moçambicanos com a finalidade de propaganda política e publicidade partidária porque «no ofício da verdade é proibido pôr algemas nas palavras» como predisse Carlos Cardoso (1985, p. 7) no seu livro poético *Directo ao Assunto*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Babo, I. & Pereira, R. (Org., 2022). *Ativismo em Rede e Plataformas Colaborativas*. Edições Húmus.
- Basson, A. et al. (2011). *The investigative journalism manual*. Konrad-Adenauer-Stiftung Bussotti, L. (2015). Media freedom and the «transition» era in Mozambique: 1990-2000, pp. 45-71. In Bussotti, L.; Gratz, T.; Barros, M. (Ed.). *Media freedom and right to information in África*. ISCTE.
- Cardoso, C. (1985). *Directo ao assunto*. Edições Cadernos Tempo.
- Di Felice, M. (2012). Netativismo: Novos aspectos da opinião pública em contextos digitais, (pp. 27-45). *Revista Famecos*, 19(1).
- Dias, S. (2013). *Reporting human rights: a study of broadcast news representations and journalism practices*. Cardiff University
- Chichava, S. & Pohlmann, J. (2010). Uma breve análise da imprensa moçambicana. In Brito, L., Castel-Branco, N., Chichava, S., Francisco, A. (2010). *Desafios para Moçambique 2010*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Fauvet, P. & Mosse, M. (2004). *É proibido pôr algemas nas palavras. Uma biografia de Carlos Cardoso*. Caminho
- Fígaro, R; Nonato, C.; Grohmann, R. (2013). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. Atlas.

- Graça, M. (2009, 24 de Abri). Rádio Frelimo. *Savana*. Maputo.
- Gpro Fam. (2023). *Um passo em frente*. Maputo. Giants Produções. CD.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de media: estudo comparativo de três modelos de comunicação e política*. Livros Horizonte.
- Jerónimo, P. (2012). Jornalistas e o jornalismo de proximidade. In: *Jornalismo & Jornalistas*. Edição Clube dos Jornalistas, n.º 49, Março de 2012
- Macedo, L. (2021). Turismo e Desenvolvimento — Desafios à Comunicação Intercultural. In Martins, L. & Silva, R. (Eds.). *Culturas e turismo: reflexões sobre o património, as artes e a comunicação intercultural* (pp. 87-94). UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.9>.
- Machel, S. (1977). Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução. *Documentos do 1.º Seminário Nacional de Informação*. Maputo, 12 a 15 de Setembro de 1977. Ministério da Informação da República Popular de Moçambique.
- Michels, R. (2001). *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Editora Antígona.
- Miranda, J. B. (2010). Activismo em rede, globalização e transdução. In Álvares, C.; Damásio,
- M. J. (Org.). *Teorias e práticas dos media: situando o local no global*, (pp. 251-266). Edições Universitárias Lusófonas.
- Monteiro, C. (2005). *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. Summus Editorial.
- Monteiro, Ó. (2012). *De todos se faz um país*. Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Pitaguari, S.; Santos, L. ; Câmara, M. (2012). Panorama da economia solidária no Brasil. In: PITAGUARI, S.; LANZA, L.; CORDEIRO, S. (Org). *A sustentabilidade da economia solidária*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- Rainho, J. (2008). *Jornalismo freelance: empreendedorismo na comunicação*. Summus.
- Shaw, M. (1996). *Civil society and media in global crises*. St Martin's press.